



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada  
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e  
Alto Paranaíba



1551221/2013  
26/07/2013  
Pág. 1 de 6

**PARECER ÚNICO SOBRE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO PARA EXCLUSÃO E MODIFICAÇÃO DE  
CONDICIONANTE**

**INDEXADO AO PROCESSO:**

Licenciamento Ambiental

**PA COPAM:**

00201/1995/018/2010

**SITUAÇÃO:**

Sugestão pelo Indeferimento

<b>EMPREENDEDOR:</b>	USINA DELTA S/A - UNIDADE VOLTA GRANDE	<b>CNPJ:</b>	13.537.735/0002-81
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	USINA DELTA S/A - UNIDADE VOLTA GRANDE	<b>CNPJ:</b>	13.537.735/0002-81
<b>MUNICÍPIO:</b>	Conceição de Alagoas	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA</b>	<b>LAT/Y</b> 19°58'18.965"	<b>LONG/X</b>	47°46'11.072"
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b>			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Paraná		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Grande	
<b>UPGRH:</b> GD8 – Baixo Rio Grande		<b>SUB-BACIA:</b> Ribeirão da Prata	
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b>	<b>CLASSE</b>	
D-01-08-2	Fabricação e Refinação de Açúcar	6	
D-02-08-9	Destilação de Alcool	6	
E-02-02-1	Produção de Energia Termoelétrica (20 MW)	5	
<b>RESPONSÁVEL:</b>		<b>REGISTRO:</b>	
Fernando F. Rossi – Advogado do empreendimento		OAB-MG 82.502	
<b>RELATÓRIO DE VISTORIA:</b> 84/2010		<b>DATA:</b> 02/09/2009	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Felipe Fiochi Pena – Analista Ambiental de formação jurídica	1.310.776-8	
José Roberto Venturi – Diretor Regional de Apoio Técnico	1.198.078-6	
De acordo: Kamila Borges Alves – Diretora de Controle Processual	1.151.726-5	



## 1. Descrição

O empreendimento USINA DELTA S/A – UNIDADE VOLTA GRANDE, já qualificada nos autos, interpôs pedido de reconsideração em face da decisão proferida na 78ª Reunião Ordinária da URC – Triângulo Mineiro, realizada em Uberlândia/MG no dia 10/06/2011, referente a inclusão da condicionante da compensação ambiental da Lei do SNUC (Lei Federal n. 9.985/00).

O empreendimento desenvolve atividade de fabricação de açúcar, destilação de álcool e produção de energia termoeletrônica, é situa-se na zona rural do município de Conceição das Alagoas/MG.

## 2. Introdução

Em 11/07/2011 a referida empresa protocolou junto à SUPRAM TMAP, pedido de reconsideração em face da inclusão da condicionante da compensação ambiental da Lei do SNUC, no processo de revalidação de licença de operação, em epígrafe.

A requerente fundamentou o pedido de exclusão da condicionante da compensação ambiental na ausência de EIA/RIMA para licenciamento de sua atividade, sob o argumento de que este seria o instrumento hábil para constatação do significativo impacto ambiental negativo não mitigável, bem como no fato de que o empreendimento já está instalado e em operação e a compensação imposta é justificável somente nos casos de dano ambiental futuro, motivo pelo qual, no seu entendimento somente seria cabível quando imposta previamente à sua implantação. Afirmou ainda, que não foi apontado especificamente pelo órgão ambiental qual o significativo impacto ambiental negativo não mitigável referente à revalidação da licença ambiental.

O Secretário Executivo do Copam realizou o juízo de admissibilidade do pedido de reconsideração da requerente em 14/12/2011, tendo sido conhecido, visto que foi interposto tempestivamente com todos os requisitos contidos nos artigos 22 e 23 de Decreto nº 44.844/2008.

## 3. Da Análise

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o meio ambiente foi alçado ao *status* de direito fundamental. Da mesma forma, avivou a importância do equilíbrio ecológico, essencial à sadia qualidade



de vida (Art. 225). Em virtude disso, ela conferiu ao Poder Público, bem como à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para a presente e futuras gerações.

Baseado nesse arcabouço constitucional e objetivando efetivação de suas premissas, foi promulgada em 18 de julho de 2000 a Lei n.º 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Referido diploma, em seu art. 36, criou uma forma de compensação *sui generis* para empreendimentos de significativo impacto ambiental.

No âmbito estadual, a referida compensação foi regulamentada pelo Decreto nº 45.175, de 17 de setembro de 2009, alterado pelo Decreto nº 45.629, de 6 de julho de 2011.

Na situação em tela, a Revalidação da Licença de Operação da requerente foi julgada em 10/06/2011, portanto, anterior ao Decreto nº 45.629, de 6 de julho de 2011. Entretanto, o referido diploma legal, ao estabelecer sua regra de transição, lastreou a incidência da compensação ambiental no seguinte caso:

- (i) **Empreendimentos já licenciados com a incidência da compensação ambiental já definida pela URC e cujos processos de compensação estão em análise na Gerência de Compensação ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), ainda que tiveram sido instruídos por outros estudos que não EIA/RIMA.**

É o que prescreve o art. 10 do Decreto n. 45.629/11, *in verbis*:

**Art. 10 - Os impactos ambientais de empreendimentos sujeitos à compensação ambiental na fase de revalidação da licença de operação, em processo de licenciamento ou já licenciados e com processos de compensação ambiental em análise serão identificados nos estudos ambientais solicitados pelo órgão ambiental, inclusive e, se for o caso, no EIA/RIMA. (g.n.)**

Dessa forma, extrai-se que haverá incidência da compensação ambiental do SNUC mesmo nos processos de licenciamento instruídos com outros estudos que não sejam somente o EIA/RIMA, desde que a atividade desenvolvida apresente impactos significativos.

Ademais, mesmo se tratando de empreendimento já instalado e em operação, em fase de renovação de licença, não há que se falar em descabimento da compensação ambiental, nem tampouco que se estaria aplicando a lei 9.985/2000 retroativamente, já que a incidência da compensação irá atingir os impactos ambientais ocorridos sob sua regência (após o ano de 2000).

Referida exigência consta do artigo 5º, §3º do Decreto nº 45.175/2009, senão vejamos:





Art. 5º - A incidência da compensação ambiental, em casos de empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental, será definida na fase de licença prévia.

(...)

**§ 3º - Os empreendimentos que concluíram o processo de licenciamento com a obtenção da licença de operação a partir da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000, e que não tiveram suas compensações ambientais definidas estão sujeitos à compensação ambiental no momento de revalidação da licença de operação ou quando convocados pelo órgão licenciador, considerados os significativos impactos ocorridos a partir de 19 de julho de 2000. (g.n.)**

Não bastasse isso, ao contrário do que alega a requerente, para aplicação da compensação ambiental do SNUC, não há que se falar na existência de impacto negativo **não mitigável** preexistente ou futuro, mas somente deve ser identificado o **significativo impacto** decorrente da atividade empreendida.

Essa nova ótica foi introduzida no nosso ordenamento jurídico pelo Decreto Federal n. 6.848/2009, que alterou o art. 31 do Decreto Federal n. 4.340/2002, expurgando do texto legal a expressão "impactos negativos e não mitigáveis aos recursos ambientais" e alterando esse dispositivo para considerar, "exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente".

Do mesmo modo o artigo 2º do Decreto Estadual nº 45.175/2009, também preceitua:

Art. 2º - Incide a compensação ambiental nos casos de licenciamento de empreendimentos considerados, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, **como causadores de significativo impacto ambiental pelo órgão ambiental competente. (g.n.)**

Nesse sentido é o entendimento do Ministro relator Carlos Britto no voto proferido na ADI nº 3.378-6, abaixo transcrito:

"Nessa ampla moldura, é de se inferir que o fato de, aqui e ali, inexistir efetivo dano ambiental não significa isenção do empreendedor em partilhar os custos das medidas preventivas. Isto porque uma das vertentes do princípio usuário-pagador é a que impõe ao empreendedor o dever de também responder pelas medidas de prevenção de impactos ambientais que possam decorrer, significativamente, da implementação de sua empreitada econômica" (fls 252)

Dessa forma, restou consolidado o entendimento de que a compensação ambiental é uma cláusula econômica geral voltada para a prevenção de possíveis danos ambientais, sejam eles identificados ou não. Em virtude disso, entendeu o Eminentíssimo Ministro Relator em seu voto que a compensação estabelecida pela Lei do SNUC é o "instrumento adequado ao fim visado pela Carta Magna: a defesa e a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, respectivamente... não há outro meio eficaz para atingir essa finalidade constitucional senão impondo ao empreendedor o dever de arcar, ao menos em parte, com os custos da prevenção, controle e reparação dos impactos negativos ao meio

*J. Luis*



ambiente.... porque o encargo financeiro imposto (a compensação ambiental) é amplamente compensado pelos benefícios que sempre resultam de um meio ambiente ecologicamente garantido na sua higidez."

Cumprе ressaltar, que no parecer único aprovado pelo COPAM foram identificados pela equipe técnica da SUPRAM vários impactos significativos decorrentes da atividade da requerente, conforme elencado abaixo:

Considerando a Tabela 1 do Decreto Estadual n. 45.175/2009, que dispõe sobre os indicadores ambientais para o cálculo do significativo impacto, foi constatada no empreendimento a perda da quantidade e/ou qualidade das águas superficiais e subterrâneas, decorrente da grande captação de água necessária à operação da Usina, proveniente da uma captação superficial no rio da Prata (vazão outorgada 648m<sup>3</sup>/h), e duas captações subterrâneas realizadas por poços tubulares (200m<sup>3</sup>/h e 15m<sup>3</sup>/h), que somados resulta na vazão outorgada de 863 m<sup>3</sup>/h.

Além disso, há significativo impacto decorrente de possível alteração da qualidade físico-química da água e do solo, já que à época da concessão da licença a empresa possuía 15.000 metros de canais de distribuição de vinhaça e de águas residuárias sem a devida impermeabilização. Além disso, de acordo com o RADA apresentado, não eram devidamente permeabilizados 5 (cinco) reservatórios, dos 7 (sete) existentes na poligonal do empreendimento.

Há também significativo impacto decorrente do acúmulo significativo de bagaço no pátio da requerente, ocasionando a preocupação com a área de armazenagem, uma vez que esta se encontra sem impermeabilização.

Por fim, restou constatado o significativo impacto decorrente da emissão e lançamento de gases na atmosfera, que contribuam para as mudanças climáticas globais. No caso em análise, os pontos principais de emissão atmosférica são: chaminé das caldeiras, pilha de bagaço. Cumprе ressaltar que a chaminé das caldeiras é dotada de lavador de gases que **apenas** minimiza o impacto das emissões.

Não bastasse isso, foi identificado outros impactos significativos, tais como, aumento dos ruídos; alteração da qualidade do ar; impactos diretos ao solo (compactação do solo); possibilidade de contaminação do solo, água superficial e subterrânea; geração de resíduos sólidos diversos; geração de efluentes líquidos diversos; redução da disponibilidade hídrica.

Ante ao exposto, correta a inclusão da condicionante da compensação ambiental, motivo pelo qual não prospera o pedido de reconsideração no tocante à compensação ambiental.

*[Assinatura]*



## 5. Conclusão

ISTO POSTO, diante dos motivos acima explicitados, OPINA-SE, pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de reconsideração referente à decisão proferida na 78ª Reunião Ordinária da URC – Triângulo Mineiro, realizada em Uberlândia/MG no dia 10/06/2011, referente a inclusão da condicionante da compensação ambiental da Lei do SNUC (Lei Federal n. 9.985/00).

Ressalta-se que caso a URC COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba não reconsidere sua decisão, o recurso deverá ser submetido à apreciação da Câmara Normativa Recursal – CNR, como última instância administrativa, nos termos do artigo 10 do Decreto nº 44.667/2007.

## 6. Parecer Conclusivo

Favorável:      ( X ) Não      ( ) Sim

## 7. Data / Responsável

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Felipe Fiochi Pena – Analista Ambiental de formação jurídica	1.310.776-8	
José Roberto Venturi – Diretor Regional de Apoio Técnico	1.198.078-6	
De acordo: Kamila Borges Alves – Diretora de Controle Processual	1.151.726-5	